

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 25 de janeiro de 2013.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais				
ATIVO	2012		2011	
	CIRCULANTE	1.744.312	1.674.665	CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	881.122	870.132	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14f).....	26.925
Valor justo por meio de Resultado (Nota 6).....	843.614	775.011	Dividendos a Pagar (Nota 8c).....	873
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14e).....	13.830	14.283	Outras Obrigações (Nota 15).....	1.500
Créditos Tributários (Nota 14c).....	5.738	14.668		123
Valores a Receber.....	8	571		
NÃO CIRCULANTE	14.626	14.111	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.729.640
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	14.626	14.111	Capital Social:	
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14e).....	2.456	347	- De Domiciliados no País (Nota 8a).....	1.028.459
Créditos Tributários (Nota 14c).....	11.492	12.450	Reservas de Lucros (Nota 8b).....	701.181
Depósitos Judiciais.....	110	110		
Créditos Recebíveis (Nota 7a).....	245.131	249.307		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7a).....	(245.131)	(249.307)		
Outros Créditos.....	568	1.204		
TOTAL	1.758.938	1.688.776	TOTAL	1.758.938
				1.688.776

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
	2012	2011						
RECEITAS OPERACIONAIS	152.699	191.686	Saldos em 31.12.2010	1.028.459	34.569	456.638	-	1.519.666
Rendas de Créditos Recebíveis (Nota 7b).....	8.958	14.681	Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	120.056	120.056
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9).....	143.713	177.005	Destinações - Reservas.....	6.003	112.912	(118.915)	-	-
Reversão de Provisões.....	28	-	- Dividendos Propostos (R\$ 2,65 por lote de mil ações).....	-	-	-	(1.141)	(1.141)
DESPESAS OPERACIONAIS	12.488	10.163	Saldos em 31.12.2011	1.028.459	40.572	569.550	-	1.638.581
Despesas Tributárias (Nota 10).....	6.976	8.756	Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	91.932	91.932
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	5.410	779	Destinações - Reservas.....	4.597	86.462	(91.059)	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (Nota 12).....	102	628	- Dividendos Propostos (R\$ 2,03 lote de mil ações).....	-	-	-	(873)	(873)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	140.211	181.523	Saldos em 31.12.2012	1.028.459	45.169	656.012	-	1.729.640
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(48.279)	(61.467)						
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	91.932	120.056						
Número de ações.....	430.311.119	430.311.119						
Lucro Líquido básico e diluído por lote de mil ações em R\$.....	213,64	279,00						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2012	%	2011	%
	2012	2011					
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS	10.494	7,1	19.836	10,4
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	140.211	181.523	Provisão/Rev. Créd. Liquidação Duvidosa.....	4.314	2,9	8.656	4,5
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	(11.191)	(19.763)	Recuperação de Crédito.....	6.152	4,2	11.180	5,9
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(4.176)	(8.551)	Outras Receitas.....	28	-	-	-
Receita/Despesa de Juros.....	(7.015)	(11.212)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.738)	(4,6)	(6.019)	(3,2)
Lucro Líquido Ajustado	129.020	161.760	Serviços de Terceiros.....	(139)	(0,1)	(378)	(0,2)
(Aumento)/Redução em Valor Justo por meio de Resultado.....	(68.603)	(56.340)	Outros.....	(6.599)	(4,5)	(5.641)	(3,0)
Aumento/(Redução) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	2.387	(23.156)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	3.756	2,5	13.817	7,2
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações.....	1.792	29	4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.756	2,5	13.817	7,2
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(7.942)	(10.286)	5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	143.713	97,5	177.005	92,8
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	56.654	72.007	Receitas Financeiras.....	143.713	97,5	177.005	92,8
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	147.469	100,0	190.822	100,0
Dividendos Pagos.....	(45.664)	-	7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	147.469	100,0	190.822	100,0
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(45.664)	-	Impostos, Taxas e Contribuições.....	55.297	37,5	70.261	36,8
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	10.990	72.007	Federais.....	55.297	37,5	70.261	36,8
Início do Período.....	870.132	798.125	Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros.....	240	0,2	505	0,3
Fim do Período.....	881.122	870.132	Remuneração de Capitais Próprios.....	91.932	62,3	120.056	62,9
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	10.990	72.007	Dividendos.....	873	0,6	1.141	0,6
			Lucros Retidos.....	91.059	61,7	118.915	62,3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2012	%	2011	%
	2012	2011					
Lucro Líquido	91.932	120.056	1 - RECEITAS	10.494	7,1	19.836	10,4
Total do Resultado Abrangente	91.932	120.056	Provisão/Rev. Créd. Liquidação Duvidosa.....	4.314	2,9	8.656	4,5
			Recuperação de Crédito.....	6.152	4,2	11.180	5,9
			Outras Receitas.....	28	-	-	-
			2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.738)	(4,6)	(6.019)	(3,2)
			Serviços de Terceiros.....	(139)	(0,1)	(378)	(0,2)
			Outros.....	(6.599)	(4,5)	(5.641)	(3,0)
			3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	3.756	2,5	13.817	7,2
			4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.756	2,5	13.817	7,2
			5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	143.713	97,5	177.005	92,8
			Receitas Financeiras.....	143.713	97,5	177.005	92,8
			6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	147.469	100,0	190.822	100,0
			7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	147.469	100,0	190.822	100,0
			Impostos, Taxas e Contribuições.....	55.297	37,5	70.261	36,8
			Federais.....	55.297	37,5	70.261	36,8
			Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros.....	240	0,2	505	0,3
			Remuneração de Capitais Próprios.....	91.932	62,3	120.056	62,9
			Dividendos.....	873	0,6	1.141	0,6
			Lucros Retidos.....	91.059	61,7	118.915	62,3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

b) Recebíveis

Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos e recebíveis na conta "Rendas de Créditos e Recebíveis".

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado.

Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tantos em bases individuais quanto em base de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica, (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Consequentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa de futuras perdas reais.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor contábil. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativo intangível com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ativo, o montante do ativo apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de maneira pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativo não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas por impairment são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.10) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.11) Reconhecimento da Receita

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, como parte integrante da Organização Bradesco, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na nota explicativa:

14d - Previsão de realização dos créditos tributários.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	1.420	12
Fundos de Investimentos Financeiros (2).....	879.702	870.120
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	881.122	870.132

(1) Referem-se a depósitos bancários à vista.
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 879.702 (2011 - R\$ 870.120).

6) VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

Ativos Financeiros para Negociação, referem-se a Letras Financeiras, à taxa de 105% do CDI, com vencimento em 17/01/2013, no montante de R\$ 843.614 (2011 - R\$ 775.011). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros para negociação, enquadrados no nível 3.

7) CRÉDITOS RECEBÍVEIS

a) Movimentação dos créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Saldo Inicial.....	-	-
Entradas.....	1	980
Baixas por Recebimento.....	(4.177)	(9.303)
Reversão de Provisões.....	4.176	8.551
Provisão para Perda.....	-	(228)
Saldo Final.....	-	-
- Créditos Recebíveis.....	245.131	249.307
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(245.131)	(249.307)

b) Resultado de Créditos Recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Recuperação de Crédito.....	6.152	11.180
Reversão de provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	4.176	8.551
Perdas com Títulos e Créditos.....	(1.370)	(5.050)
Total.....	8.958	14.681

A carteira de créditos recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos a mais de 360 dias, as quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões necessárias.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social em Ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias.....	430.311.119	430.311.119
Total.....	430.311.119	430.311.119

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Reservas de lucros.....	701.181	610.122
- Reserva legal (1).....	45.169	40.572
- Reserva estatutária (2).....	656.012	569.550

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão asseguradas juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. Os cálculos dos Dividendos relativos aos exercícios de 2012 e 2011 estão demonstrados a seguir:

	2012	% (1)	2011	% (1)
Lucro Líquido do Exercício.....	91.932		120.056	
Reserva Legal.....	(4.597)		(6.003)	
Base de Cálculo.....	87.335		114.053	
Dividendos Propostos.....	873	1,0	1.141	1,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.
Durante o exercício de 2012 ocorreram pagamentos de dividendos apurados com base em lucros de exercícios anteriores, no montante de R\$ 45.664.

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Rendimento de aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros.....	74.247	92.684
Rendimento de Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures.....	-	3.179
Rendimento de aplicações financeiras em Letras Financeiras.....	68.603	81.111
Juros Ativos.....	863	31
Total.....	143.713	177.005

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
PIS.....	975	1.224
COFINS.....	6.000	7.531
Impostos e Taxas.....	1	1
Total.....	6.976	8.756

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Serviços Prestados por Terceiros.....	39	29
Contribuição Sindical Patronal.....	42	39
Custas Judiciais.....	94	175
Doações e Patrocínios.....	5.124	350
Editais e Publicações.....	101	176
Outras.....	10	10
Total.....	5.410	779

12) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Alienação de Bens de Dação Liquidada.....	102	400
Provisão para Perda.....	-	228
Total.....	102	628

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.....	1.420	-	658	-
Ativos Financeiros para Negociação:				
Banco Bradesco S.A.....	843.614	68.603	775.011	84.290
Outras Obrigações:				
Banco Bradesco S.A.....	(1.406)	-	-	-
Dividendos a Pagar:				
Banco Boavista Interatlântico S.A.....	(63)	-	(276)	-
Bradesplan Participações Ltda.....	-	-	(6.649)	-
Serel Participações em Imóveis S.A.....	(810)	-	(38.739)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	140.211	181.523
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(47.672)	(61.718)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis de receitas não tributáveis.....	(1.258)	(119)
Outros.....	651	370
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(48.279)	(61.467)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(38.391)	(40.946)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(1.431)	(2.814)
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social.....	(2.239)	(4.687)
Prejuízo fiscal.....	(6.218)	(13.020)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(48.279)	(61.467)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2011	Constituição	Realização	2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	18.619	-	1.420	17.199
Outras provisões.....	42	31	42	31
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	18.661	31	1.462	17.230
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	8.457	-	8.457	-
Total dos créditos tributários.....	27.118	31	9.919	17.230

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Diferenças Temporárias		Total	
	Imposto de Renda	Contribuição Social		
2013.....	4.219	1.519	5.738	
2014.....	4.223	1.520	5.743	
2015.....	4.224	1.521	5.745	
2016.....	3	1	4	
Total.....	12.669	4.561	17.230	

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 16.492 (2011 - R\$ 25.937), sendo R\$ 16.492 (2011 - R\$ 17.639) de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em R\$ 8.298.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 16.286 (2011 - R\$ 14.630).

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 26.925 (2011 - R\$ 4.409), referem-se ao PIS no montante de R\$ 68 (2011 - R\$ 109), Cofins no montante de R\$ 416 (2011 - R\$ 669), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 26.441 (2011 - R\$ 2.640) e da Contribuição Social em 2011 no montante de R\$ 991.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras obrigações, no montante de R\$ 1.500, referem-se substancialmente a valores a pagar ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 1.406 e provisão para pagamento de despesa com publicação no montante de R\$ 92 (R\$ 120).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.
b) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santlana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Osasco, 27 de fevereiro de 2013

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP 160769/O-0

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ACE RESEGUROADORA S.A.....	33
ACE SEGURADORA S.A.....	73
AIG SEGUROS BRASIL S.A.....	62
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.....	50
CIA ITAU DE CAPITALIZAÇÃO.....	2
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI.....	71
GRALHA AZUL PARTICIPAÇÕES LTDA.....	15
IOCHPE MAXION SA.....	37
ITAU SEGUROS SA.....	55
ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A.....	11
PARANA CIA DE SEGUROS.....	5
TOKIO MARINE SEGURADORA S/A.....	80
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.....	19
WHIRLPOOL S.A.....	27

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ nº 02.228.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
2012	2011	2012	2011
ATIVO		CIRCULANTE	
CIRCULANTE	1.744.312	1.674.665	
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	881.122	870.132	
Valor Justo por meio de Resultado (Nota 6)	843.614	775.011	
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14e)	13.830	14.263	
Créditos Tributários (Nota 14c)	5.738	14.668	
Valores a Receber	8	571	
NÃO CIRCULANTE	14.626	14.111	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	14.626	14.111	
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14e)	2.456	347	
Créditos Tributários (Nota 14c)	11.492	12.450	
Depósitos Judiciais	110	110	
Créditos Recebíveis (Nota 7a)	245.131	249.307	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7a)	(245.131)	(249.307)	
Outros Créditos	558	1.204	
TOTAL	1.758.938	1.688.776	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais				
Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital		Reservas de Lucros		
2012	2011	Social	Legal	Estatutária	Lucros Acumulados	
RECEITAS OPERACIONAIS	152.699	104.94	7,1	19.836	10,4	
Rendimentos de Créditos e Recebíveis (Nota 7b)	14.938	14.938	2,9	6.656	4,5	
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	143.713	177.005	6.152	4,2	11.180	5,9
Reversão de Provisões	28	-	-	-	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	126.106	107,76	2,8	11,212	(118,915)	(1,141)
Despesas Operacionais (Nota 10)	10,976	8,756	-	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	5,410	779	-	-	-	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 11)	10,590	10,590	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	140.211	181,523	10,289	40,572	569,550	1,638,581
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(48,279)	(61,487)	4,597	86,462	(91,059)	(8,73)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	91,932	120,036	3,756	2,5	13,817	7,0
Dividendos Pagos	(45,564)	-	-	-	-	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	56,564	29,007	-	-	-	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	(45,564)	-	143,713	97,5	177,005	82,8
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	10,990	72,007	143,713	97,5	177,005	82,8
Início do Período	870,132	798,125	143,713	97,5	177,005	82,8
Fim do Período	881,122	870,132	147,469	100,0	190,822	100,0
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	10,990	72,007	147,469	100,0	190,822	100,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais					
Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
2012	2011	2012	2011	2012	2011		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		1	RECEITAS	10,494	7,1	19,836	10,4
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	140,211	181,523	Recuperação de Crédito	6,152	4,2	11,180	5,9
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(11,191)	(19,763)	Outras Receitas	28	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4,176)	(8,551)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6,738)	(4,6)	(6,019)	(3,2)
Reserva (Despesa de Juros)	11,013	(11,212)	Servicos de Terceiros	(139)	(0,1)	(378)	(0,2)
Lucro Líquido Ajustado	129,020	161,760	Outros	(6,599)	(4,5)	(5,641)	(3,0)
(Aumento)/Redução em Valor Justo por meio de Resultado	(56,803)	(56,340)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	3,756	2,5	13,817	7,0
(Aumento)/Redução em Outras Oportunidades	2,389	29	4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3,756	2,5	13,817	7,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7,942)	(10,269)	5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSACÇÃO	143,713	97,5	177,005	82,8
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	56,564	29,007	Recuperação Financeira	143,713	97,5	177,005	82,8
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	(45,564)	-	6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	147,469	100,0	190,822	100,0
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	10,990	72,007	7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	147,469	100,0	190,822	100,0
Início do Período	870,132	798,125	Impostos, Taxas e Contribuições	55,297	37,5	70,261	36,8
Fim do Período	881,122	870,132	Federais	55,297	37,5	70,261	36,8
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	10,990	72,007	Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	240	0,2	505	0,3
			Remuneração de Capitais Próprios	91,932	62,3	120,056	62,9
			Dividendos	873	0,6	1,141	0,6
			Lucros Retidos	91,059	61,7	118,915	62,3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais			
Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
2012	2011	2012	2011	2012	2011
Lucro Líquido	91,932	120,036	1) CONTEXTO OPERACIONAL		
Total do Resultado Abrangente	91,932	120,036	A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é uma Companhia que tem por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamento e de arrendamento mercantil controladas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é integrante da Organização Brasileira, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é uma Companhia que tem por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamento e de arrendamento mercantil controladas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é integrante da Organização Brasileira, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujo vencimento na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos Financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro e passivo são mensurados a valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gere investimentos em instrumentos de dívida e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco documentada e a estratégia de investimento da Companhia. Os contratos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

b) Recebíveis
Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, está e deduzido do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado no exercício e recebíveis na conta "Rendimentos de Créditos e Recebíveis".

2.5) Passivos financeiros
A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Esses passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de valores subordinados.

2.6) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de deflatores de preços, modelos de cotações ou cotações de preços controlados por terceiros. Quando aplicável, os valores são ajustados para refletir o risco de crédito e o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa avaliação reflete o menor valor no qual o ativo é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 29.

Perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente allocated na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de maneira proporcional.

Uma perda por redução do valor recuperável relacionada a ação não é revertida. Quando a outros ativos, as perdas por impairment são revertidas somente na condição em que o valor alocado a este ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou créditos jurídicos favoráveis, sobre as quais não cabam mais dúvidas, caracterizando o ganho com provável certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outros contingentes, cuja expectativa de êxito é provável;
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a simultaneidade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** são constituídos quando os passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois não são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como contingentes não são provisórias e nem divulgadas;
- **Obrigações Legais:** Provisão para Passivos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.10) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluído a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e líquido, pois não há instrumentos potencialmente diluíveis.

b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada pelo conselho de administração, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.11) Reconhecimento da Receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita reconhecida é baseada no reconhecimento de ganhos com provável certo e mensuráveis com segurança. Os ganhos econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendimentos de Créditos Recebíveis
As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelo recebimento de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.868 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

b) Receitas Financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre juros investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação presente em contratos de derivativos e ganhos com provável certo e mensuráveis com segurança. Os ganhos econômicos futuros fluirão para a Companhia em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data de seu uso ou utilizado em receber o pagamento e estabelecido. Os dividendos recebidos dessa controlada são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, acrescida a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Os créditos tributários sobre adições temporárias são calculados pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Conforme Lei nº 11.111/2002, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas contábeis na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.538/07, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica constituída sob o regime de tributação - RIT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.538/07 e das CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia, como parte integrante da Organização Brasileira, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1
Dados cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2
Dados observáveis que não são preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos e passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de e/ou confirmados por dados observáveis de mercado incluindo mas não limitado a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3
Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Tais dados e informações geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativa da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros e condições econômicas atuais.

Determinados ativos estão sujeitos a revisão de perda de valor recuperável (impairment). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas na nota explicativa 14d - Provisão de realização dos créditos tributários.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		Em 31 de dezembro	
	2012	2011	
Disponibilidades em moeda nacional (1)	1.420	870	12
Títulos de Investimentos Financeiros (2)	679.702	670.125	12
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.420	870.125	24
(1) Referir-se a depósito bancário à vista.			
(2) Referir-se a títulos de investimentos em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Brasileira, ou empresas e laçadas, que sejam constituídas por investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 879.702 (2011 - R\$ 870.125).			

VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO		Em 31 de dezembro	
	2012	2011	
Ativos Financeiros para Negociação, referem-se a Letras Financeiras, à taxa de 105% do CDI, com vencimento em 17/01/2013, no montante de R\$ 843.614	843.614	775.011	12
Ativos financeiros não negociados em mercados ativos são classificados na categoria de ativos financeiros para negociação, enquadrados no nível 3.			

CRÉDITOS RECEBÍVEIS		Em 31 de dezembro	
	2012	2011	
a) Movimento dos créditos recebíveis			
Saldo Inicial	245.131	249.307	
Entradas:	-	-	
Reversão de Provisões	(4.176)	950	(9.303)
Reversão de Provisões	4.176	861	861
Provisão para Perda	-	-	(228)
Saldo Fim	245.131	249.307	
Créditos Recebíveis	245.131	249.307	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(245.131)	(249.307)	

Resultado de Créditos Recebíveis		Em 31 de dezembro	
	2012	2011	
Recuperação de Crédito	6.152	11.180	
Reversão de provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	4.176	8.551	
Outros Tributos e Créditos	1.300	1.056	
Total	8.958	14.681	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Em 31 de dezembro	
	2012	2011	
a) Capital Social em Ação			
Capital social, totalmente subscrito e integralizado, e dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.	430.311,119	430.311,119	
Reservas de Lucros			
Reservas de lucros	701.181	610.122	
- Reserva estatutária (2)	45.169	45.169	
- Reserva estatutária (2)	656.012	559.550	
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de lucros, após esse limite a apropriação não mais se dá obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para constituir prejuízos; e			

continuação

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.058/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	2012	2011
PIS	975	1.224	
COFINS	6.000	7.531	
Impostos e Taxas	1	1	
Total	6.976	8.756	

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	2012	2011
Serviços Prestados por Terceiros	39	29	
Contribuição Sindical Patronal	42	39	
Custas Judiciais	94	175	
Doações e Patrocínios	5.124	350	
Edifícios e Publicações	101	176	
Outros	10	10	
Total	5.410	779	

12) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	2012	2011
Alienação de Bens de Dação Liquidada	102	220	
Provisão para Perdas	102	408	
Total	204	628	

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	1.420	-	658	-
Ativos Financeiros para Negociação:				
Banco Bradesco S.A.	843.614	68.603	775.011	84.290
Outras Obrigações:				
Banco Bradesco S.A.	(1.406)	-	-	-
Dividendos a Receber:				
Banco Boavista Interatlântico S.A.	(63)	-	(676)	-
Brasileira Participações Ltda.	-	-	(6.549)	-
Serel Participações em Imóveis S.A.	(810)	-	(38.739)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	2012	2011
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	140.211	181.223	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(47.672)	(61.719)	
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Despesas e provisões indutíveis de receitas não tributáveis	(1.258)	(119)	
Outros	651	370	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(48.279)	(61.467)	

Aos Administradores da

Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social devidos	(38.391)	(40.948)	
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(1.431)	(2.814)	
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(2.239)	(4.687)	
Prejuízo fiscal	(6.216)	(13.028)	
Total dos créditos tributários	(48.279)	(61.467)	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2011	Constituição	Realização	Exercícios findos em 31 de dezembro	2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.619	-	1.420	17.199	
Outras provisões	42	31	42	31	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	18.661	31	1.462	17.230	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	8.457	-	8.457	17.230	
Total dos créditos tributários	27.118	31	9.919	34.460	

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Diferenças Temporárias	4.219	1.519	5.738
Prejuízo Fiscal	4.223	1.520	5.743
Base Negativa de Contribuição Social	4.224	1.521	5.745
Total	12.669	4.561	17.230

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucro contábil.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 16.492 (2011 - R\$ 25.937), sendo R\$ 16.492 (2011 - R\$ 17.639) de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em R\$ 9.298.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 16.298 (2011 - R\$ 14.639).

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 26.925 (2011 - R\$ 4.409), referem-se ao PIS no montante de R\$ 68 (2011 - R\$ 109), Collins no montante de R\$ 416 (2011 - R\$ 659), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 26.441 (2011 - R\$ 2.640) e da Contribuição Social em 2011 no montante de R\$ 991.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras obrigações, no montante de R\$ 1.500, referem-se substancialmente a valores a pagar ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 1.406 e provisão para pagamento de despesa com publicação no montante de R\$ 92 (R\$ 120).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possui operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP01428/O-6

Osasco, 27 de fevereiro de 2013

Zenke Nakasato
Contador CRC 1SP 160789/O-0



Câmara acaba com 14º e 15º

Câmara dos Deputados aprova o fim das benesses

Com um consenso forçado, a Câmara dos Deputados aprovou ontem o fim do benefício anual do 14º e 15º salário para os parlamentares.

A partir de agora, os deputados e senadores só receberão salários extras ao assumir e deixar seus mandatos no Congresso. Isso ocorre, em regra, a cada quatro anos.

A votação é resultado da tentativa do novo presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) de buscar melhorar a imagem da Câmara.

O benefício de salários extras para os parlamentares - chamados internamente de ajuda de custo - começou em 1938. Em alguns períodos ocorria o pagamento também quando haviam convocações extraordinárias para trabalho em julho e janeiro, o que levou ao pagamento de até 19 salários em um mesmo ano. Atualmente, o benefício era pago no início e no fim de cada ano.

A proposta aprovada é de autoria da atual ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e foi aprovada pelo Senado em maio do ano passado. Na Câmara, a proposta ficou parada por meses na Comissão de Finanças e Tributação, o que permitiu o pagamento da benesse no final do ano passado e na folha de pagamento deste mês. O fim do 14º e do 15º salários representará uma economia anual de R\$ 27,41 milhões para a Câmara e de R\$ 4,32 milhões para o Senado nos anos do mandato em que não houver o pagamento.

Agora, o decreto legislativo precisa ainda ser promulgado

e publicado no *Diário do Congresso* para entrar em vigor.

Deputado com o maior número de mandatos na Casa, e quem mais recebeu o benefício, o presidente Henrique Alves empenhou-se para acelerar a aprovação pressionando os líderes a assinar um requerimento de urgência para o projeto. Na visão dele, a aprovação pode ajudar a aproximar o Congresso da sociedade. "Essa Casa pode ter pecados, pode ter seus equívocos no voto sim ou não, mas a omissão é indesculpável", argumentou Henrique Alves ao defender a votação imediata.

Agora, palavras a favor - Com o consenso imposto, dezenas de parlamentares fizeram questão de discursar em plenário apoiando a medida.

"O fim do 14º e 15º salários é uma reverência à sociedade que trabalha no País", disse o líder do PPS, Rubens Bueno (PR). "Não é com uma boa agência de publicidade que vamos mudar a imagem dessa Casa, é com posturas como essa", afirmou o líder do PSDB, Carlos Sampaio (SP). "Todo mundo passou a vida toda recebendo o 14º e 15º, inclusive eu, mas chegou a hora de acabar", disse o deputado Sílvio Costa (PTB-PE).

Uma única voz dissonante - O único deputado a se manifestar no microfone contrário ao fim do benefício foi Newton Cardoso (PMDB-MG). "Estão votando com medo da imprensa. É uma deslealdade com os deputados que precisamos. Não falo por mim, abri mão. Pago caro para trabalhar aqui". (*Estadão Conteúdo*)

Ed Ferreira/Estadão Conteúdo



Mensalão: quiprocó na mostra do PT.

Termina em tumulto a exposição do PT que 'pulou' 2005 (ano do Mensalão), gravado em placa pela oposição.

André Duzek/Estadão Conteúdo



Bate-boca entre os deputados Amauri Teixeira (PT) e os da oposição.

Os petistas roubaram até a placa...
Deputado Onix Lorenzoni (DEM-RS)

Enquanto deputados do PT davam entrevistas sobre o evento, oposição cria painel avulso que o deputado Amauri Teixeira retira sorrantemente

Terminou em tumulto, xingamentos e bate-boca entre deputados a manifestação da oposição contra uma exposição em homenagem aos 33 anos de fundação do PT.

Exposição do PT em homenagem a seu aniversário registra, com fotos e textos, momentos importantes, desde os anos 70 - com a greve em São Bernardo do Campo (SP), comandada pelo então metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva - até 2012. A linha de tempo pula 2005. Foi aí que a oposição criou uma placa avulsa, montada em um cavalete dizendo: "2005 - O ano do Mensalão".

O deputado Amauri Teixeira (PT-BA) não gostou. Levou a placa embora, gritando: "Isso é coisa de moleque! É uma falta de respeito!". Colegas falaram a chamada de "mensaleiro" e o coro foi crescendo de tal modo que ele quis partir para a briga.

"Fala na minha frente! Não sou mensaleiro! Sou homem direito!", gritava. O deputado Edson Santos (PT-RJ) entrou na turmada "deixa-disso" tentando acalmar Amauri, enquanto seguranças foram acionados para tirar o irritado do corredor. "É um desrespeito com o PT. A oposição não tem o direito de diminuir nossa exposição. Eu tirei porque a placa estava na frente da nossa exposição", contestou ele.

O deputado Onix Lorenzoni (DEM-RS) provocou: "Os petistas roubaram até a placa", ao que o deputado Mendonça Filho (DEM-PE) completou: "Nem a placa escapou".

Foi dessa forma que parlamentares do DEM e do PSDB completaram, à sua moda, a história oficial exposta pelo partido em um dos principais corredores da Câmara colocando uma placa "comemorativa" para lembrar o escândalo do Mensalão.